

**JATAÍ**

CNPJ nº 07.083.477/0001-27

RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO: Senhores Acionistas, A PCH Jataí com capacidade instalada total de 30,0 MW, e energia comercializada anual de 174,41 GWh, beneficiando aproximadamente 252 mil pessoas. A receita bruta de vendas em 2013 foi de R\$ 34,6 milhões, apresentando um lucro líquido da ordem de R\$ 18,5 milhões. A Administração.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31/12/2013 E 2012 (Em milhares de reais)			
	Nota	31/12/13	31/12/12
Ativo			
Circulante		4.875	5.747
Caixa e equivalentes de caixa	5	967	1.302
Contas a receber	6	3.781	4.313
Impostos a compensar		3	53
Despesas antecipadas		87	47
Adiantamento a funcionários		37	32
Não Circulante		115.272	106.953
Ativos vinculados - BNDES	7	3.160	3.444
Impostos e contribuições diferidas	15 e 18	48	-
Depósitos judiciais		1.874	1.277
Imobilizado	8	109.574	102.027
Intangível	9	616	7
Diferido	10	-	198
Total do Ativo		120.147	112.700
Passivo			
Circulante		15.002	10.818
Fornecedores		84	653
Financiamentos	12	8.005	8.081
Obrigações trabalhistas e previdenciárias		51	29
Impostos e contribuições a recolher		284	205
Provisão para férias e 13º salário		250	192
Outros passivos		4	26
Receita diferida	15	697	-
Dividendos a pagar	11 e 13	5.627	1.632
Não Circulante		56.054	55.163
Financiamentos	12	47.575	55.163
Provisões para compromissos futuros	21	8.479	-
Patrimônio Líquido	13	49.091	46.719
Capital social		32.441	32.441
Reserva legal		3.448	2.522
Reserva especial		-	590
Reserva de retenção de lucro		-	11.166
Dividendos adicionais propostos		13.202	-
Total do Passivo		120.147	112.700

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EXERCÍCIOS FIMOS EM 31/12/2013 E 2012 (Em milhares de reais)

1. Contexto Operacional: A Jataí Energética S.A. ("Companhia") é uma subsidiária direta da PCH Participações S.A. e indireta da Brasil PCH S.A., e foi constituída em 11 de agosto de 2004 como sociedade anônima de capital fechado, com sede na Rua São Bento 8, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro - RJ. A Companhia tem como objeto social o propósito específico (Sociedade de Propósito Específico - SPE) de implantar e explorar o potencial hidráulico de Pequena Central Hidrelétrica (PCH) e comercializar energia elétrica nela gerada. A Companhia poderá, ainda, exercer todas as ações que possam, direta ou indiretamente, no todo ou em parte, ser vinculadas ao seu propósito específico. A Companhia possui autorização para exploração do potencial hidrelétrico, como produtora independente de energia elétrica, concedida pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) através das Resoluções nºs 741/2002 e 36/2005, para funcionar como PCH pelo prazo de 30 anos e está localizada no Rio Claro, no Município de Jataí, em Goiás, com capacidade de licença instalada de 30 Mw e uma linha de transmissão de 4,3 km de extensão. A contratação de energia gerada é feita pelo Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (PROINFA), que determina que a Centrais Elétricas Brasileiras (Eletrobrás) seja o agente representante das PCHs na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), responsável pela contratação de toda energia gerada, obrigando a celebração de contratos de compra e venda de energia, pelo prazo de 20 anos a contar do mês de agosto de 2008. A Companhia através das Portarias MME nº 38, de 13 de junho de 2012, teve sua energia assegurada acrescida, fato que gerará aumento no volume de energia vendida ao PROINFA a partir de 1 de janeiro de 2013 e o respectivo aumento nas receitas a serem auferidas a partir dessa data. Em 20 de agosto de 2008, através do Despacho ANEEL nº 3.086, em 4 de agosto de 2008, através do Despacho ANEEL nº 2.884, e em 29 de julho de 2008, através do Despacho ANEEL nº 2.798, a Companhia obteve autorização para iniciar a comercialização da energia gerada nas unidades 1, 2 e 3, respectivamente, todas com potência instalada de 10 Mw, atingindo, assim, sua capacidade total em operação de 30 Mw e energia anual assegurada de 178,3 GWh. O término de sua autorização se dará em 18 de dezembro de 2032. 1.1. Mecanismo de Realocação de Energia: A Companhia tem a totalidade da sua capacidade de geração hidrelétrica inserida no MRE, responsável por mitigar os riscos hidrológicos entre as usinas hidrelétricas que aderirem ao mesmo. Por força do PROINFA, todos os anos, sempre em setembro, a Companhia informa a sazonalização para a ELETROBRÁS considerar no Plano Anual do PROINFA do ano seguinte. As contabilizações são realizadas mensalmente pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE e repassadas ao Agente de Comercialização do PROINFA (ELETROBRÁS), que, por sua vez, por força contratual repassa os seus efeitos à Companhia, no ano seguinte, em 12 parcelas. Por meio do Despacho ANEEL/SEM nº 335/13, de 08/02/13, as empresas titulares de empreendimentos incluídos no MRE ficaram autorizadas a revisar a sazonalização dos montantes de garantia física para o exercício de 2013, até 15 de fevereiro de 2013. Contudo, a revisão da sazonalização não foi solicitada pela ELETROBRÁS à empresa. Os efeitos negativos da sazonalização ex-post informado pela ELETROBRÁS até o mês de outubro 2013 foi de R\$1.947, e a companhia projeta o valor de R\$1.427 para o exercício de 2013. A Administração acompanha o tema junto aos escritórios de advocacia para, caso necessário, adotar as providências cabíveis. 1.2.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO EXERCÍCIOS FIMOS EM 31/12/2013 E 2012 (Em milhares de reais, exceto o lucro por ação)			
	Nota	31/12/13	31/12/12
Receita Líquida de Vendas	15	33.301	30.161
Custos da Venda de Energia			
Pessoal		(1.744)	(1.345)
Meio ambiente		(725)	(253)
Operação		(333)	(538)
Manutenção		(1.081)	(330)
Taxas setoriais		(99)	(103)
Tarifa de uso dos sistemas elétricos de distribuição (TUSD)		(475)	(472)
Seguros		(220)	(133)
Depreciação e amortização		(2.700)	(2.854)
Outros custos		(460)	(385)
		(7.837)	(6.413)
Lucro Bruto		25.464	23.748
Despesas Administrativas			
Pessoal		(743)	(730)
Despesas administrativas e gerais		(230)	(211)
Outras despesas administrativas		(337)	(426)
	16	(1.310)	(1.367)
Lucro antes do Resultado Financeiro		24.154	22.381
Despesas financeiras	17	(4.916)	(6.137)
Receitas financeiras	17	470	557
Resultado Financeiro		(4.446)	(5.580)
Lucro antes dos Impostos		19.708	16.801
Imposto de renda	18	(769)	(742)
Contribuição social	18	(410)	(388)
		18.529	15.671
Lucro Líquido do Exercício		18.529	15.671
Lucro básico e diluído por ação ordinária - R\$		0,6938	0,5868
Quantidade de ações ao final do exercício	13	26.706,019	26.706,019
DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE EXERCÍCIOS FIMOS EM 31/12/2013 E 2012 (Em milhares de reais, exceto o lucro por ação)		31/12/13	31/12/12
Lucro Líquido do Exercício		18.529	15.671
Outros Resultados Abrangentes		-	-
Resultado Abrangente Total do Exercício		18.529	15.671

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FIMOS EM 31/12/2013 E 2012 (Em milhares de reais)							
	Reservas de lucros				Reser-va de reten-ção de lucros	Lucros acumulados	Total
	Capital social	Re-ser-va legal	Dividen-dos adicio-nais propostos	Re-ser-va espe-cial			
Saldos em 31/12/11	32.441	1.738	10.289	-	-	-	44.468
Dividendos distribuídos	-	-	(10.289)	-	-	-	(10.289)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	15.671	15.671
Destinações							
Reserva legal	-	784	-	-	-	(784)	-
Reserva especial	-	-	-	590	-	(590)	-
Reserva retenção de lucros	-	-	-	-	11.166	(11.166)	-
Dividendos a pagar	-	-	-	-	-	(1.632)	(1.632)
Dividendos pagos antecipadamente	-	-	-	-	-	(1.499)	(1.499)
Saldos em 31/12/12	32.441	2.522	-	590	11.166	-	46.719
Dividendos pagos	-	-	-	(590)	(11.166)	-	(11.756)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	18.529	18.529
Destinações							
Reserva legal	-	926	-	-	-	(926)	-
Dividendos adicionais propostos	-	-	13.202	-	-	(13.202)	-
Dividendos a pagar	-	-	-	-	-	(4.401)	(4.401)
Saldos em 31/12/13	32.441	3.448	13.202	-	-	-	49.091

Revisão da Garantia Física: A empresa Jataí Energética através das Portarias MME nº 38, de 13 de junho de 2012, respectivamente, teve sua energia assegurada acrescida, fato que gerou aumento no volume de energia vendida ao PROINFA a partir de 1º de janeiro de 2013. Ainda existe um saldo de R\$730, relativo ao acréscimo da energia assegurada de 2012, que será liquidada em 2014. 2. Apresentação das Demonstrações Contábeis: 2.1. Declaração de conformidade: As demonstrações contábeis da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC") e pelas normas da Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"). 2.2. Bases de elaboração: As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FIMOS EM 31/12/2013 E 2012 (Em milhares de reais)			
	Nota	31/12/13	31/12/12
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais			
Lucro líquido antes do imposto de renda e da contribuição social		19.708	16.801
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais:			
Resultado na baixa do imobilizado	8	55	40
Juros e atualizações monetárias sobre financiamentos	17	4.915	6.040
Depreciação e amortização		2.700	2.854
Variações nos ativos e passivos			
Aumento em contas a receber		532	(200)
Redução em impostos a compensar		50	(44)
Aumento de despesas antecipadas		(40)	(14)
Redução em adiantamentos a funcionários		(5)	(8)
Aumento em adiantamentos diversos		-	19
Aumento em impostos e contribuições diferidas		(48)	-
Aumento em depósitos judiciais		(597)	(9)
Aumento (redução) em fornecedores		1.277	73
Redução em obrigações trabalhistas e previdenciárias		22	6
Aumento em outros passivos		(22)	(61)
Redução em impostos e contribuições a recolher		79	12
Aumento na provisão para férias e 13º salário		58	55
Aumento em receita diferida		697	-
Imposto de renda e contribuição social pagos no período		(1.177)	(1.141)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		28.204	24.423
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimentos			
Redução em ativos vinculados - BNDES	7	284	230
Aquisição de imobilizado	8	(4.087)	(667)
Aquisição de intangível	9	5	10
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos		(3.798)	(427)
Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamentos			
Financiamentos pagos	12	(7.641)	(7.640)
Juros pagos sobre financiamentos	12	(4.938)	(6.114)
Dividendos pagos	13	(12.162)	(11.639)
Dividendos antecipados	13	-	(1.499)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos		(24.741)	(26.892)
Redução no caixa e equivalentes de caixa		(335)	(2.896)
Demonstração da alteração (redução) no caixa e equivalentes de caixa			
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		1.302	4.198
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		967	1.302
Redução no caixa e equivalentes de caixa		(335)	(2.896)

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO EXERCÍCIOS FIMOS EM 31/12/2013 E 2012 (Em milhares de reais)			
	Nota	31/12/13	31/12/12
1. Receita Bruta de Vendas	15	34.562	31.303
Vendas de mercadorias, produtos e serviços		35.259	31.303
Ajuste MRE e ganho de energia assegurada		(697)	-
2. Insumos Adquiridos de Terceiros		3.591	2.857
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos		919	1.980
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		2.667	877
Perda/Recuperação de Valores Ativos		5	-
3. Valor Adicionado Bruto (1-2)		30.971	28.446
4. Depreciação e Amortização		2.700	2.854
5. Valor Adicionado Líquido Produzido pela Entidade (3-4)		28.271	25.592
6. Valor Adicionado Recebido em Transferência		470	557
Receitas financeiras	17	470	557
7. Valor Adicionado Total a Distribuir (5+6)		28.741	26.149
8 - Distribuição do Valor Adicionado		28.741	26.149
Pessoal		2.069	1.539
Remuneração direta		1.621	1.303
Benefícios		313	142
F.G.T.S		135	94
Impostos, taxas e contribuições		2.871	2.690
Federais		2.858	2.670
Estaduais		3	11
Municipais		10	9
Remuneração de capitais de terceiros		5.272	6.249
Juros	17	4.915	6.040
Aluguéis		201	112
Outras		156	97
Remuneração de capitais próprios		18.529	15.671
Dividendos a pagar	13	4.401	3.131
Dividendos adicionais propostos		13.202	-
Lucro retidos		926	12.540

custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos. Ativos e passivos são classificados conforme seu grau de liquidez e exigibilidade. Os mesmos são classificados como circulantes quando provável que sua realização ou liquidação ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes. a. Moeda funcional e moeda de apresentação: Essas demonstrações contábeis são apresentadas em milhares de reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações fi-

nanceiras apresentadas em milhares de reais foram arredondadas para o valor mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. b. Uso de estimativas e julgamentos: A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas, premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. **3. Resumo das Principais Práticas Contábeis:** As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações contábeis. a. Instrumentos financeiros: i. Ativos financeiros não derivativos: A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se toma uma das partes das disposições contratuais do instrumento. • Empréstimos e recebíveis: Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. • Caixa e equivalentes de caixa: Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação. Os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizadas no pagamento das obrigações de curto prazo. ii. Passivos financeiros não derivativos: A Companhia reconhece passivos financeiros inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se toma uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, cancelada ou vencida. A Companhia classifica os passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos. A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos e financiamentos, fornecedores e outras contas a pagar. A Companhia não opera com instrumentos financeiros derivativos. iii. Capital social: Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Os dividendos mínimos obrigatórios conforme definido em estatuto são reconhecidos como passivo. b. Contas a receber de clientes: As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado menos os impostos retidos na fonte, os quais são considerados créditos tributários, conforme legislação tributária vigente. c. Imobilizado: Registrado ao custo histórico de aquisição, formação ou construção (inclusive juros e demais encargos financeiros líquidos), deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (impairment) acumuladas. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. Considerando a conclusão das obras e o início das operações em agosto de 2008, aliado ao custo do imobilizado atender aos requerimentos do CPC 27 - Ativo Imobilizado, a Companhia manteve o custo histórico como base de mensuração do ativo fixo. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado. O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido reposto por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia-a-dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos. d. Depreciação: A depreciação, exceto de móveis e utensílios e computadores e periféricos, é calculada a partir do início da operação da Companhia, pelo método linear, às taxas determinadas pela Portaria DNAME nº 815, de 15 de novembro de 1994, alteradas pelas Resoluções nº 367, de 2 de junho de 2009 e 474, de 7 de fevereiro de 2012. A Companhia considera essas taxas apropriadas, uma vez que, conforme avaliação jurídica da legislação em vigor e, conforme avaliação da Administração do que consta na Resolução de autorização para estabelecimento como produtora independente, concedida pela ANEEL a PCH, ao final do prazo dessa autorização, caso não seja renovada, o valor residual dos bens será indenizado à Companhia. A Administração considera provável a renovação de autorizações, considerando inclusive as Portarias MME nº 956/10 e nº 197/12, autorizando a prorrogação das PCH's Pacífico Mascarenhas e San Juan, respectivamente, por mais 20 anos, condicionada à realização de pequena melhoria operacional, o que a Administração entende demonstrar a evidência concreta de possibilidade de prorrogação de autorização da PCH por mais 20 anos, entendendo assim estar em linha com um dos requerimentos do CPC 04 e OCP 05. **Autorização e indenização:** A autorização para exploração do potencial hidroelétrico, como produtora independente de energia elétrica vigorará pelo prazo de trinta anos (ver Nota explicativa nº 1), podendo ser prorrogada, a critério da ANEEL. Ao final do prazo da respectiva autorização, não havendo prorrogação, os bens e instalações vinculados à produção de energia elétrica passarão a integrar o patrimônio da União mediante indenização dos investimentos realizados, desde que previamente autorizados, e ainda não amortizados, apurada por auditoria da ANEEL, ou poderá ser exigido que a Autorizada restabeleça, por sua conta, o livre escoamento das águas, e. Intangível: Registrado ao custo de formação. A amortização é calculada a contar da data do início do prazo de vigência dos eventos. f. Diferido: Registrado ao custo de formação. A amortização é calculada a contar da data do início de sua operação pelo prazo de cinco anos. A Companhia optou por manter o saldo do ativo diferido existente até a sua realização total por meio de amortização. g. Valor recuperável de ativos: O imobilizado, intangível e diferido têm o seu valor recuperável avaliado, no mínimo, anualmente caso haja indicadores de perda de valor. A Companhia não apurou nenhuma indicação de perda que requeresse a contabilização de provisão para ajuste desses ativos ao seu valor de recuperação. h. Provisões: Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Companhia possui obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas de risco envolvido. i. Apuração do resultado: O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência. j. Receita operacional: A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber. A receita é reconhecida quando a energia é gerada e a titularidade legal é transferida, conforme determinações legais do contrato de suprimento de energia elétrica, ou seja, todos os riscos e benefícios inerentes são transferidos para o comprador, o valor da receita pode ser mensurado com confiabilidade e os benefícios econômicos associados à transação fluirão para a Companhia. k. Receitas financeiras e despesas financeiras: As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos. Custos de empréstimo são mensurados no resultado através do método de juros efetivos. l. Imposto de renda e contribuição social: O imposto de renda e a contribuição social são apurados com base no lucro presumido, de acordo com a legislação vigente, cujas alíquotas aplicáveis sobre a receita bruta para apuração da base de cálculo são: 8% para imposto de renda e 12% para contribuição social. m. Demonstração do valor adicionado: A Companhia elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações contábeis. n. Resultado por ação: O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado por período atribuído aos acionistas sobre as ações ordinárias em circulação no período. O resultado por ação diluído é igual ao básico nos exercícios de 2013 e 2012. o. Novas normas e interpretações de IASB não adotadas: Diversas normas, emendas a normas e interpretações IFRS emitidas pelo IASB ainda não entraram em vigor para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013, sendo essas:

IFRS 9	Instrumentos Financeiros ²
	Data de Aplicação Mandatória da IFRS 9 e
Modificações às IFRS 9 e IFRS 7	Divulgações de Transição ²
Modificações às IFRS 10, 12 e IAS 27	Entidades de Investimento ²
Modificações à IAS 32	Compensação de Ativos e Passivos Financeiros ¹

¹ Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2014.
² Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2015.

A Administração da Companhia espera que nenhum desses novos Pronunciamentos tenham efeito material sobre as demonstrações contábeis. **4. Gerenciamento de Risco:** A Companhia avaliou e considerou relevante a exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros: • Risco de crédito: O risco de crédito refere-se ao risco de uma contraparte não cumprir com suas obrigações contratuais, levando a Companhia a incorrer em perdas financeiras. O contas a receber de clientes é formado por um único cliente - Eletrobrás via contrato de compra de energia pelo prazo de 20 anos. Este fato reduz o risco de perda financeiro por motivo de inadimplência. Assim, não há exposição da Companhia a riscos de crédito e moeda, ou perdas por redução no valor recuperável relacionadas à contas a receber de clientes, conforme apresentado na Nota Explicativa nº 6. • Risco mercado: Por meio de suas atividades, a Companhia fica exposta principalmente a riscos financeiros decorrentes de mudanças nas taxas dos índices econômicos - TJLP (índice de reajuste do contrato de financiamento junto ao BNDES). A Companhia administra e mensura esses riscos através do planejamento de fluxo de caixa realizado. • Risco operacional: O objetivo da Companhia é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros. A Companhia realiza as atividades de operação e manutenção das suas usinas de acordo com as práticas do setor elétrico brasileiro, inclusive realizando sistematicamente as atividades de manutenção preventiva e de manutenção corretiva dos equipamentos eletromecânicos das instalações, bem como o monitoramento das estruturas civis e barragens. Caso ocorram eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade, a Companhia contratou uma cobertura de seguros de operação sobre máquinas, equipamentos e estrutura de obras, conforme Nota Explicativa nº 20. • Risco de liquidez: A Companhia utiliza o controle do custeio para auxiliar no monitoramento de exigências do fluxo de caixa e na otimização de seu retorno de caixa em investimentos. Todo decêndio é estimado o desembolso em comparação com a sua entrada de caixa. O excedente de caixa é aplicado imediatamente no mercado financeiro em Certificado de Depósito Bancário (CDI) a taxas que variam de 96,5% a 101,8% em bancos de primeira linha. Assim, a Companhia garante uma caixa suficiente para cumprir com despesas operacionais esperadas para um período de 60 dias de curto e longo prazos, excluindo o impacto potencial de circunstâncias extremas que não podem ser razoavelmente previstas. • Risco de juros: Decorre da possibilidade da Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. A Companhia avalia que os riscos das aplicações financeiras de suas disponibilidades são baixos, por serem realizadas em bancos de reconhecida liquidez e remuneradas a taxas de mercado que variam entre 96,5% a 101,8% do CDI, conforme apresentado na Nota Explicativa nº 5. Os passivos financeiros existentes abrangem basicamente saldos de financiamentos obtidos pela Companhia junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), conforme apresentado na Nota Explicativa nº 12. Uma análise de sensibilidade dos ativos e passivos que representam riscos relevantes para a Companhia está apresentada na Nota Explicativa nº 19. • Gestão de capital: A política da Administração é manter uma sólida base de capital para preservar a confiança do investidor, credor e mercado e com isso manter o desenvolvimento futuro do negócio. A Administração monitora o retorno de capital sobre a operação da empresa através do acompanhamento mensal da realização orçamentária aprovada pelo Conselho de Administração. A Administração entende que a exposição da Companhia a riscos é remota,

sendo o gerenciamento realizado através de ferramentas de controle, planejamento e orçamento, coordenadas pela Diretoria.

5. Caixa e Equivalentes de Caixa:	31/12/13	31/12/12
Caixa	3	3
Bancos	8	18
Aplicações financeiras	956	1.281
	<u>967</u>	<u>1.302</u>

As aplicações financeiras de liquidez imediata em CDB - DI, com risco insignificante de perda de valor, junto aos Bancos do Brasil e Santander, são remuneradas a taxas de mercado que variam entre 96,5% a 101,8% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) e possuem compromisso de recompra a qualquer momento. **6. Contas a Receber:** Refere-se ao valor da venda da energia gerada pela Companhia, líquido dos respectivos impostos retidos na fonte. A Companhia registra o valor a receber referente à energia faturada conforme contratada pelo PROINFA. O período médio de crédito no contas a receber é de 35 dias. Não são cobrados juros sobre as contas a receber. A Companhia não constitui provisão para créditos de liquidação duvidosa, com base em sua experiência histórica de realização de 100% do contas a receber passados e da análise da situação financeira atual de seu único devedor - Eletrobrás, inexistindo contas vencidas na data das demonstrações contábeis. **7. Ativos Vinculados - BNDES:** O saldo registrado em 31 de dezembro de 2013, refere-se a recursos recebidos pela Companhia decorrentes da venda de energia gerada e que estão vinculados ao BNDES. Esses ativos estão classificados como instrumentos financeiros a valor justo por meio do resultado. Conforme descrito na Nota Explicativa nº 12, o BNDES exige como garantia do financiamento a constituição de conta de reserva vinculada. Esta conta é uma aplicação financeira, no Fundo BB Comercial 17, com taxas que variaram entre 93,0% e 100,6%, do CDI, de liquidez imediata e baixo risco junto ao Banco do Brasil, que é a instituição financeira aprovada pelo BNDES para atuar como administradora das contas. Essa conta deverá ser utilizada para pagamento das parcelas do referido financiamento. **8. Imobilizado:** a) Composição do imobilizado:

		31/12/13	31/12/12
Descrição	Taxa média ponderada de depreciação %	Depreciação Acumulada	Líquido
Direitos sobre imóveis de terceiros e terrenos	-	17.634	10.348
Turbina hidráulica	2,50%	11.347	9.806
Conduto forçado	3,13%	3.572	614
Gerador	3,33%	12.721	2.285
Comporta	3,33%	2.956	538
Subestação unitária	3,57%	5.109	996
Casa de força produção hidráulica	2,00%	52.759	5.591
Reservatório, barragem, adutora	2,00%	8.325	796
Adiantamento a fornecedores	-	236	236
Outros	3,65%	8.493	1.217
		<u>123.152</u>	<u>13.578</u>
			<u>109.574</u>
			<u>102.027</u>

A Companhia considera essas taxas apropriadas, uma vez que, conforme avaliação jurídica da legislação em vigor e conforme consta na Resolução nº 233, de 27 de junho de 2005, da ANEEL, a qual concede a PCH a autorização para se estabelecer como produtora independente, ao final do prazo dessa autorização, caso não seja renovada, o valor residual dos bens será indenizado à Companhia. A Administração considera provável a renovação de autorização por mais 20 anos. b) Movimentação do custo:

Descrição	31/12/11	Adições	Baixas	Transferências	31/12/12
Direitos sobre imóveis de terceiros e terrenos	10.315	37	(4)	-	10.348
Turbina hidráulica	11.400	-	-	-	11.400
Conduto forçado	3.633	-	-	-	3.633
Gerador	12.678	43	-	-	12.721
Comporta	2.939	-	-	-	2.939
Subestação unitária	5.104	-	-	-	5.104
Casa de força produção hidráulica	50.989	407	-	-	51.396
Reservatório, barragem, adutora	7.510	11	-	-	7.521
Adiantamento a fornecedores	1.563	-	(36)	-	1.527
Outros	6.347	169	-	-	6.516
	<u>112.478</u>	<u>667</u>	<u>(40)</u>	<u>-</u>	<u>113.105</u>
	<u>(8.623)</u>	<u>(2.642)</u>	<u>187</u>	<u>-</u>	<u>(11.078)</u>
Depreciação					
Saldo	<u>103.855</u>	<u>(1.975)</u>	<u>147</u>	<u>-</u>	<u>102.027</u>

c) Movimentação do custo no período:

Descrição	31/12/12	Adições	Baixas	Transferências	31/12/13
Direitos sobre imóveis de terceiros e terrenos	10.348	7.286	-	-	17.634
Turbina hidráulica	11.400	14	-	(67)	11.347
Conduto forçado	3.633	-	-	(61)	3.572
Gerador	12.721	-	-	-	12.721
Comporta	2.939	17	-	-	2.956
Subestação unitária	5.104	5	-	-	5.109
Casa de força produção hidráulica	51.396	1.780	-	(417)	52.759
Reservatório, barragem, adutora	7.521	804	-	-	8.325
Adiantamento a fornecedores	1.527	2	(1.846)	553	236
Outros	6.516	2.040	(55)	(8)	8.493
	<u>113.105</u>	<u>11.948</u>	<u>(1.901)</u>	<u>-</u>	<u>123.152</u>
	<u>(11.078)</u>	<u>(2.500)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(13.578)</u>
Depreciação					
Saldo	<u>102.027</u>	<u>9.448</u>	<u>(1.901)</u>	<u>-</u>	<u>109.574</u>

No exercício de 2013, a Companhia revisou os saldos de adiantamentos a fornecedores e reconciliou com os valores em aberto, no passivo na conta de fornecedores, resultando na baixa de R\$1.846 do saldo existente em 31 de dezembro de 2013. Ressalta-se que a Administração da Companhia permanece em negociação com os EPCistas para o encerramento e obtenção do termo de quitação do contrato EPC. Em 31 de dezembro de 2013, o saldo da conta de fornecedores reflete o atual estágio das referidas negociações e, na avaliação da Administração, não haverá quaisquer passivos adicionais até a obtenção do termo de quitação previsto para ocorrer durante o exercício de 2014. **9. Intangível:** Refere-se aos programas ambientais constantes nas licenças de operação, gastos para regularização de serviços que ainda não foram registradas no RGI e software. Foram estimados valores da ordem de R\$604, R\$7 e R\$5 respectivamente. Em 31 de dezembro de 2013, os valores foram registrados. **10. Diferido:** Os gastos pré-operacionais foram totalmente amortizados em 31 de dezembro de 2013 (R\$198 em 31 de dezembro de 2012) e incluem basicamente despesas administrativas e de remuneração e encargos dos funcionários e da Administração. **11. Transações com partes Relacionadas:** O controle final da Companhia é exercido pelos acionistas Petróleo Brasileiro S.A. - Petrosbras e Bloco Original (composto pelas empresas BSB Energética S.A. e Eletrobrás S.A.), visto que estes são acionistas diretos da Brasil PCH S.A. (controladora direta da PCH Participações S.A.), conforme estabelecido em acordo de acionistas. Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2013 e 2012, relativos às operações com partes relacionadas, decorrem de distribuição de dividendos da Companhia para sua controladora.

	31/12/13	31/12/12
Passivo circulante		
PCH Par Participações S.A - Dividendos a pagar	1.226	1.632
PCH Par Participações S.A - Dividendos a pagar	4.401	-
	<u>5.627</u>	<u>1.632</u>

Remuneração da Administração: Em Assembleia Geral Extraordinária (AGE) de 05 de março de 2013, foi aprovada a remuneração global da Administração da Companhia para o período de janeiro a dezembro de 2013 em, no máximo, R\$65 (R\$60 em 2012). A Diretoria da Companhia é composta por dois diretores com remuneração anual de R\$31.

12. Financiamentos:	Indexador	31/12/13	31/12/12
BNDES:	TJLP + 3,5% a.a.		
Principal		43.198	50.838
Encargos		12.382	12.406
Total		<u>55.580</u>	<u>63.244</u>
Parcela de curto prazo		8.005	8.081
Parcela de longo prazo		<u>47.575</u>	<u>55.163</u>
Total		<u>55.580</u>	<u>63.244</u>

Em 13 de abril de 2006, a Companhia, visando buscar recursos para implementação do projeto, firmou contrato de financiamento junto ao BNDES. A dívida (principal e juros) decorrente desse contrato está sendo paga ao BNDES em 144 prestações mensais e sucessivas, e cada uma delas no valor do principal e juros atualizados, dividido pelo número de prestações de amortização ainda não vencidas. Vencimentos dos financiamentos apresentados no passivo não circulante:

2015	6.796
2016	6.796
2017	6.796
2018	6.796
2019 a 2021	<u>20.391</u>
	<u>47.575</u>

Mutação dos financiamentos em 2013	
Saldo inicial	63.244
Encargos provisionados	4.915
Pagamentos	<u>(12.579)</u>
Saldo final	<u>55.580</u>

As garantias são apresentadas conforme a seguir: (i) Em 4 de abril de 2006, através de contrato suporte com o BNDES, todos os acionistas da Brasil PCH S.A., controladora indireta da Companhia, se comprometeram a honrar qualquer deficiência que afete a capacidade de cumprimento das obrigações da Brasil PCH S.A., da PCH Participações S.A. e da Jataí Energética S.A. até a quitação das obrigações junto ao BNDES; (ii) Em 13 de abril de 2006, foi pactuado contrato de penhor das ações e vinculação das receitas e outras avencas com o BNDES para assegurar o pagamento de quaisquer obrigações decorrentes desses contratos; (iii) Constituição de conta de reserva vinculada, proveniente da venda de energia à Eletrobrás. A conta foi aberta no Banco do Brasil S.A., que atua como banco administrador de contas, indicado pela Companhia e aprovado pelo BNDES, e deverá atingir o limite de três vezes o valor da última prestação; (iv) A propriedade fiduciária das máquinas e dos equipamentos a serem adquiridos com recursos dessa operação; e (v) Não realização, sem autorização do BNDES, de pagamento de dividendos ou juros sobre passivo próprio enquanto não estiver preenchida a conta "Reserva do serviço da dívida", mencionada em item (iii) acima. Com vistas a atender

dá-lua do contrato de financiamento com o BNDES, segue-se o demonstrativo do Índice de Capitalização Próprio (ICP), calculado conforme contrato, em 31 de dezembro de 2013:

Patrimônio líquido	49.091
Total do ativo	120.147
ICP	<u>40,86%</u>

O índice apurado na data é superior ao ICP de 20% exigido pelo BNDES. **13. Patrimônio Líquido:** a) Capital social: O artigo 5º do Estatuto da Controladora informa a existência de um capital aprovado da ordem de R\$ 32.441. Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, o capital social subscrito e integralizado é de R\$32.441 e está representado por 26.706.019 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. b) Reservas: Reserva legal: Constituída à razão de 5% do lucro líquido do exercício, antes de qualquer outra destinação, a qual não excederá 20% do capital social. Reserva especial: Constituída com o objetivo de registrar a destinação dos resultados da Companhia até que o seu fluxo de caixa futuro permita tal distribuição sem riscos financeiros relevantes durante o período da concessão nos termos do artigo 20, parágrafo 4º e 5º, da Lei nº 6.404/76. Reserva de retenção de lucros: Constituída com o objetivo de registrar a retenção de lucros para cobrir o orçamento de capital nos termos do artigo 196 da Lei 6.404/76. c) Dividendos: O Estatuto Social determina a distribuição de um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76. No exercício de 2013, foram pagos dividendos de ações ordinárias referentes ao exercício de 2012, no montante de R\$ 12.162, restando a pagar um saldo de R\$1.226. Os dividendos referentes ao exercício de 2013 foram calculados conforme segue:

Lucro do exercício	18.529
(-) Reserva legal	(926)
(=) Base de cálculo do dividendo	<u>17.603</u>
Dividendos obrigatórios	<u>4.401</u>
Dividendos adicionais propostos	<u>13.202</u>

14. Contingências: A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de suas operações, as quais envolvem questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis, ambientais e de caráter comercial. A Companhia é parte em ações cíveis que tramitam em juízo correspondem às questões relativas à definição do valor das indenizações dos direitos de passagem aos proprietários de terras e a posse definitiva de terrenos. Os valores envolvidos, normalmente, são depositados em juízo e reconhecidos como custo do imobilizado e intangível. Com base na posição de seus assessores jurídicos, não há processos envolvendo a Companhia em que a probabilidade de perda seja classificada como provável. Dessa forma, nenhuma provisão para contingências foi constituída.

15. Conciliação da Receita Operacional Líquida:	31/12/13	31/12/12
Receita operacional bruta:	34.562	31.303
Venda de energia elétrica	35.259	31.303
Ajuste de MRE e ganho de energia assegurada	(697)	-
Deduções à receita operacional:	<u>(1.287)</u>	<u>(1.142)</u>
PIS	(229)	(203)
COFINS	(1.058)	(939)
Deduções ao ajuste MRE:	26	-
PIS Diferido	4	-
COFINS Diferido	22	-
Receita operacional líquida	<u>33.301</u>	<u>30.161</u>

16. Despesas Administrativas:	31/12/13	31/12/12
Pessoal	743	730
Serviços de terceiros	93	179
Viagens	21	87
Publicação	83	40
Arrendamentos e alugueis	128	112
Outras despesas administrativas	242	219
	<u>1.310</u>	<u>1.367</u>

17. Resultado Financeiro:	31/12/13	31/12/12
Despesas financeiras:	(4.916)	(6.137)
Despesas bancárias	(1)	(10)
Juros e atualizações monetárias sobre empréstimos e financiamentos	(4.915)	(6.040)
Outras despesas	-	(87)
Receitas financeiras:	470	557
Rendimentos de aplicações em renda fixa	469	553
Outras receitas	1	4
Resultado financeiro	<u>(4.446)</u>	<u>(5.580)</u>

18. Imposto de Renda e Contribuição Social: A Companhia calculou o imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro líquido com base no regime do lucro presumido. A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social debitada em resultado é demonstrada como segue:

	31/12/13	31/12/12
Receita bruta	IR (*) CSLL	IR (*) CSLL
35.259	35.259	31.303
Ganho de energia assegurada	730	730
Percentual para determinação da base de cálculo	8%	12%
Rendimentos e ganhos de aplicação financeira	470	470
Base de cálculo	3.291	4.701
Alíquota nominal	25%	9%
Imposto sobre o resultado	823	423
Diferença de alíquota	(24)	(24)
	<u>799</u>	<u>423</u>
Ajuste MRE e ganho de energia assegurada	(697)	(697